

## GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA\*

**Aline Nicolino**

*aline.nicolino@gmail.com*

**Ana Márcia Silva**

*amarciasi@gmail.com*

**Ana Luísa de Assis Paulino**

*analuisa.assis.paulino@gmail.com*

**Universidade Federal de Goiás (UFG)**

### RESUMO

Objetivamos analisar a temática de gênero na formação de professores em Educação Física no Brasil. Pesquisa de tipo descritiva que analisou 65 PPC (7,8% do total) de instituições das cinco regiões do país, além da legislação educacional concernente. Os resultados indicam uma preocupação política recente em garantir a discussão de gênero, mas ainda apresentada de forma pontual e assistemática.

### PALAVRAS-CHAVE

*Gênero; Formação Profissional; Educação Física*

## INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI no Brasil é marcada por ações de grupos religiosos e políticos de combate a uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas (MIGUEL, 2016; MISKOLCI, 2018), *slogan* que vem sendo utilizado para produzir desordem e deslegitimar o tema no campo científico, por meio da “dessubstancialização de seus sentidos histórico, socioantropológico e político” (GONÇALVES; MELLO, 2017, p. 03).

O tema ganhou destaque no cenário político, com a tramitação de vários Projetos de Lei (PL), que visavam extinguir termos como gênero e sexualidade de documentos e das aulas da Educação Básica, além da criminalização de docentes (PL 2731/2015). Apesar de vários PL<sup>2</sup> com esta intencionalidade terem sido arquivos em 2018, fruto de resistências sociais e parlamentares “o projeto foi retomado e com conteúdo ainda mais retrógrado” em 2019 (BARROSO, 2019), no PL 246/2019.

\* O presente texto não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

<sup>2</sup> No portal da Câmara dos Deputados foram identificados 29 PL, entre os anos de 2012 a 2018, que tratam sobre questões de gênero e/ou de sexualidade. O mais emblemático foi o PL 7180/2014 (Escola Sem Partido), proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA), ao qual foram pensados outros dez.



É possível identificar, nesse sentido, um investimento discursivo reacionário e conservador no campo político liderado, sobretudo, nas chamadas bancadas religiosas e da ‘nova direita’ (ROCHA, 2018), as quais prescrevem um ordenamento moral de vigilância e de controle à determinados corpos, com implicações diretas em diversas políticas públicas de combate às desigualdades sociais e aos direitos humanos no campo da educação (SOUZA *et al.*, 2016). Sob o argumento de deturpar preceitos religiosos e, por isso, entrar em conflito com as convicções religiosas e morais de estudantes, buscam retirar qualquer possibilidade de discussão sobre gênero e sexualidade em documentos que regulam a Educação Básica brasileira (AÇÃO EDUCATIVA, 2016).

Partindo desse panorama, denominado por Corrêa (2017), como uma campanha anti-gênero contra pautas democráticas e perante os conflitos discursivos que constituem o tema na escola, além de buscar contribuir com o estado da arte da discussão sobre gênero no campo da EF (GOELLNER, 2013), este estudo se fundamenta nas discussões dos estudos feministas e de gênero para investigar o que os PPC de cursos de Licenciatura em Educação Física (EF) no Brasil e legislações nacionais abordam a temática de gênero?

## PASSOS METODOLÓGICOS

Este estudo a análise quanti-qualitativa, mediatizada por pesquisas do tipo bibliográfica e de tipo descritiva, por utilizar técnicas padronizadas para a coleta de informações, visando conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la (GONSALVES, 2007; RUDIO, 1990).

Para responder à questão de pesquisa, analisamos 65 PPC de curso, disponíveis *online*, das cinco regiões do Brasil, assim como a legislação que rege o currículo de licenciatura em EF e a inserção da temática de gênero na formação de professores. Este número corresponde a 7,8% do total de cursos de Licenciatura em EF no país, conforme Baptista e colaboradores (2015), totalizando 3.074 disciplinas. Os documentos foram coletados entre outubro de 2017 e abril de 2018, nos quais foram localizadas as seguintes palavras-chave, por serem as mais diretamente ligadas com a temática central da pesquisa: co-educação, discriminação, equidade, feminismo, gênero, homem(s), igualdade, misto/a, mulher(es), e sexo. Para identificar em quais documentos gênero é mencionado e com quais significados, foi utilizado o programa NVivo, versão 11, auxiliando no mapeamento e análise.

## ANÁLISE DOS DADOS

O mapeamento realizado nos confirmou que a temática de gênero e a sua apresentação, enquanto um conteúdo curricular e como categoria de análise, não são neutras. Sinalizam uma escolha teórica-metodológica e, portanto, política. O quadro abaixo mostra uma síntese das palavras-chave encontradas nos documentos em análise:

**Quadro 1:** Palavras-Chave e frequência nos PPC e citações

Palavras-Chave	N.º de PPC	N.º de Citações
Homem(ns)	53	285
Gênero	48	220
Igualdade	29	88
Mulher(es)	26	71
Discriminação	22	68
Sexo	19	42
Equidade	11	12
Misto	10	13
Coeducação	2	2
Feminismo	1	1

**Fonte:** Elaboração própria.



O mapeamento dos documentos brasileiros indica que a palavra homem é a mais citada em 53 PPC, com um total de 285 citações, seguida pela palavra gênero, mencionada em 48 documentos, 220 vezes. A palavra igualdade aparece com 29 citações em 88 documentos diferentes. A palavra menos citada é feminismo, presente em apenas um documento.

A palavra-chave homem é geralmente utilizada como sinônimo de ser humano, tal como no PPC de uma instituição privada que indicado nos objetivos gerais do presente diploma está tentando encorajar a pesquisa, o desenvolvimento da ciência e tecnologia para “desenvolver o entendimento de homem e do meio em que vive” (FAGAMMON, 2015, p. 13). Esta é a ideia representativa de praticamente todos os PPC analisados e que utilizam o termo no sentido genérico da espécie humana, indicando uma perspectiva androcêntrica da linguagem (MORENO, 2007).

Já a palavra mulher, mencionada apenas 65 vezes em 24 documentos, encontra-se em uma grande parte destas citações, nos títulos de referências bibliográficas, como é o caso do artigo Aguiar, Paredes e Gurgel (2010) sobre ginástica aquática e o risco de queda em mulheres mais velhas, indicando uma clara desigualdade no status entre os usados termos mulher e homem. Uma exceção a essa lógica foi encontrada em um PPC, que afirma a importância de “construir projetos de formação da docência profissional, tão necessário à educação, pressupõe, portanto, formar homens e mulheres capazes de intervir na realidade” (UFG, 2014, p.8).

A palavra-chave coeducação foi encontrada em apenas dois documentos de diferentes instituições na mesma referência bibliográfica cada, dado significativo dada a importância da formação de professoras/es que deveria ser pautada pela igualdade, equidade e justiça. O termo está no título de livro de duas instituições, sendo que em uma delas é referência em disciplina obrigatória intitulada “Dimensões do Processo Ensino-Aprendizagem da EF I” (UFPR / Coast, Matinhos, 2014, p. 99).

Apesar de termos encontrado informações sobre o tema nos documentos mapeados, identificamos que de 2.982 (97,1%) disciplinas curriculares analisadas, não há nenhuma menção de termos que possam fazer referência à perspectiva de gênero, definida nas palavras-chave desta pesquisa. Nas demais 92 (2,9 %) disciplinas, a temática de gênero aparece por meio das palavras-chave correlacionadas a ela. É possível observar, nesse sentido, diferentes níveis de aprofundamento que vão desde a presença superficial, que chamamos de “politicamente correta”, por não estar no título, nas temáticas ou nos conteúdos, mas apenas em alguma bibliografia complementar. Outros níveis identificados referem-se à reprodução de papéis sociais de homens e mulheres ou reconhecendo o feminino e suas múltiplas diferenças, com suas experiências e contribuições. Localiza-se, deste modo, um pequeno número de disciplinas (9, 02% do total) que traz a discussão de gênero articulada ao processo de formação em Educação Física, buscando transformar as relações existentes e contribuir com o empoderamento das mulheres.

Observamos, portanto, que em quase duas décadas da publicação dos PCN (1997) e com a Resolução CNE nº 02 de 2015, o tema vem entrando gradativamente na formação de professores de EF. A primeira Resolução CNE n. 2 de 2015, que revoga as resoluções anteriores (CNE n. 1 e 2/2002 e CNE n. 7/2004), e estabelece as diretrizes para os cursos de graduação em EF no país, orienta para a formação superior dar continuidade às discussões de gênero e de sexualidade, especialmente para aquelas/es que irão atuar na Educação Básica. O que significa dizer que há uma preocupação, expressa nos documentos que regulam os cursos de formação docente em nível superior, em garantir que os fundamentos e as metodologias relacionados “aos direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional” (RESOLUÇÃO CNE N ° 02, 2015, p. 13), estejam contemplados no currículo, ainda que no presente todos esses elementos estejam em cheque frente ao perfil das novas políticas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar panorâmico sobre a discussão do tema nos documentos analisados indica que há um movimento de incorporação da temática de gênero na formação de professoras/es de EF, porém apenas de forma pontual e assistemático, tanto nos PPC como na legislação em vigor, não se consolidando na realidade brasileira até o momento. O contrário parece estar ocorrendo com iniciativas, sobretudo no âmbito executivo e legislativo federal, de políticas que afrontam o empoderamento feminino, com vistas à igualdade de gênero, assim como outros direitos humanos, que dialogam com a sexualidade, classe, religião, raça e etnia. Diante do exposto, consideramos minimamente necessário que a formação docente em EF aborde a temática de gênero, tanto transversalmente no currículo como em disciplina obrigatória, buscando construir bases de tolerância com as diferenças e a superação de desigualdades estruturais.

## GENDER AND TEACHING TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION

### ABSTRACT

We aim to analyze the gender theme in the training of teachers in Physical Education in Brazil. Descriptive research that analyzed 65 PPC (7,8% of the total) from institutions in the five regions of the country, in addition to the educational legislation concerned. The results indicate a recent political concern to guarantee the discussion of gender, but still presented in a punctual and unsystematic way.

**KEY WORDS:** *Gender; Professional qualification; Physical Education.*

## GÉNERO Y FORMACIÓN DOCENTE EN EDUCACIÓN FÍSICA

### RESUMEN

Objetivamos analizar la temática de género en la formación de profesores en Educación Física no Brasil. Investigación de tipo descriptivo que analizó 65 PPC (7,8% del total) de instituciones de las cinco regiones del país, además de la legislación educativa concerniente. Los resultados indican una preocupación política reciente en garantizar la discusión de género, pero aún presentada de forma puntual y asistemática en las instituciones investigadas.

**PALABRAS CLAVES:** *Género; Formación profesional; Educación Física.*



## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA. *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- ALTMANN, H. *Educação Física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANDRADE, M. Tolerância e educação: pensar nas fronteiras da filosofia e da pedagogia. *Filosofia Unisinos*, v. 8, p. 276-286, 2007.
- BAPTISTA, T. J. R. Perfil Atual da Formação Profissional em Educação Física no Brasil. In SILVA, A. M.; BEDOYA, V. M. *Formação profissional em educação física na América Latina: Encontros, diversidades e desafios*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.
- BASILIO, A. L. *Novo projeto do Escola sem Partido assegura direito de alunos gravarem aulas*, 6 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/novo-projeto-do-escola-sem-partido-assegura-direito-de-alunos-gravarem-aulas/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.
- CORRÊA, S. *Ideologia de gênero: rastros e significados*. Folha Uol, publicada em 5 de novembro de 2017. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.
- GOELLNER, S. (2013). A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. En P. Dornelles. (Ed.). *Educação Física e gênero: desafios educacionais* (23-44). Ijuí: Editora Unijuí.
- GONSALVES, E. P. *Iniciação à Pesquisa Científica*. 4 ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- GONÇALVES, E.; MELLO, L. Gênero - vicissitudes de uma categoria e seus "problemas". São Paulo, *Ciência e Cultura*, v. 69, n.1, jan-março de 2017.
- GUIZZO, B.S.; KRZIMINSKI, C.; OLIVEIRA, D. L. Leidens Correa de. O software QSR Nvivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humana e da saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, v.24, n.1, p.53-60, abr., 2003.
- MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, v.7, n15, 2016.
- MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". *Cadernos Pagu*, n. 53, junho de 2018.
- NICOLINO, A.; SILVA, A. M. Corpo e gênero na percepção de educadoras/es. In: DORNELLES, P.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. (org). *Educação Física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 91-120.
- RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 15 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- ROCHA, C. O boom da Nova Direita: financiamento ou militância. (In): GALLEGO, E. S. (orga.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. Ebook disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod\\_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf). Acesso em 02 de janeiro de 2019.
- SOUZA, A. L. et al.(orgs). *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

